Leandro Medrano

#### Resumo

Desde o final do século passado, o "retorno à cidade", anunciado em diversos meios, tem sido objeto de estudos e propostas nos campos do urbanismo e da arquitetura. Temas como a renovação dos centros urbanos, a criação de bairros, as habitações de interesse social e a sustentabilidade urbana estão em evidência no discurso pela reativação do sentido da pólis. Entretanto, tais ações, em seus exemplos mais emblemáticos, vêm acompanhadas por excêntricas ocupações do território, bem como da manipulação de suas estruturas sociais pretéritas. Este artigo pretende rever algumas posições teóricas sugeridas a partir da segunda metade do século 20 e que parecem ressurgir em arquiteturas e projetos urbanos contemporâneos. O objetivo é identificar conceitos e metodologias apropriados a essas intervenções, essencialmente, "em contexto". Apresentarei exemplos, idealizados entre os anos 50 e 90, situados à sombra dos grandes objetos engendrados pelo star-system da arquitetura globalizada, mas representam hipóteses distanciadas das insustentáveis megaarquiteturas difundidas e exploradas como grandes ícones contemporâneos.

#### PALAVRAS-CHAVE

Habitação coletiva, arquitetura contemporânea, crítica e arquitetura, modernidade, pós-modernidade, teoria da arquitetura.

#### VIVIENDA COLECTIVA Y CIUDAD. INVENCIÓN SIN RUPTURA

#### RESUMEN

Desde el final del siglo pasado, el «retorno a la ciudad», apuntado en diversos medios, ha sido objeto de estudios y propuestas en los ámbitos del urbanismo y la arquitectura. Temas tales como la renovación de los centros urbanos, la creación de nuevos barrios, las viviendas de interés social y la sostenibilidad urbana están en evidencia junto al discurso por la reactivación del sentido de la polis. Sin embargo, esas acciones, en sus ejemplos más emblemáticos, se acompañan de excéntricas ocupaciones del territorio y la manipulación de sus antiguas estructuras sociales. Este articulo tiene la intención de hacer una revisión de algunas posiciones teóricas sugeridas desde la segunda mitad del siglo 20, y que parecen resurgir en algunos ejemplos de arquitectura y proyectos urbanos contemporáneos. El objetivo es identificar los conceptos y metodologías apropiadas para estas intervenciones, en esencia, «en contexto». Los ejemplos en análisis, proyectados entre los años 1950 y 1990, están situados a margen de los grandes objetos engendrados por lo star-system de la arquitectura globalizada, pero representan hipótesis distanciadas de las insostenibles megaestructuras difundidas y exploradas como grandes íconos contemporáneos.

#### PALABRAS CLAVE

Habitación colectiva, arquitectura contemporánea, critica y arquitectura, modernidad, postmodernidad, teoría de la arquitectura.

# Collective housing and the city. Invention without rupture

#### **ABSTRACT**

Since the end of the 20th century, the "return to the city," announced in different ways, has been the focus of studies and proposals in urbanism and architecture. Topics such as the renewal of urban centers, creation of new districts, social housing and urban sustainability are on the agenda together with the discussion of the renewed importance of the sense of the polis. However, such actions, in their most meaningful examples, are accompanied by eccentric occupations of territory and the manipulation of old social structures. This article reviews some theoretical positions from the second half of the 20th century, which seem to reappear in contemporary architecture and urban projects. The goal is to identify concepts and methodologies appropriate to these interventions, essentially, "in context." This article brings examples from the 1950s through the 1990s in the shadow of the large objects designed by the star-system of globalized architecture, but which represent hypotheses apart from the unsustainable megastructures promoted as great contemporary icons.

#### KEY WORDS

Collective housing, contemporary architecture, critics of architecture, modernity, pos-modernity, theory of architecture.

"It is language which fixes the limits (the moment, for example, at which the excess begins), but it is language as well which transcends the limits and restores them to the infinite equivalence of an unlimited becoming(...) Paradox is initially that which destroys good sense as the only direction, but it is also that which destroys common sense as the assignation of fixed identities." (GILLES DELEUZE, 1990)

Os anos 60 foram marcados por significativas mudanças na cultura ocidental; nos fundamentos teóricos da arquitetura e do urbanismo não foi diferente. O crescimento da oposição sistemática aos conceitos do movimento moderno, matriz teórica hegemônica nos campos cultos da arquitetura, confirma que o mundo pós revolução industrial estava em revisão. Não foram poucas as formulações derivadas da busca por alternativas à nova arquitetura. Alguns projetos buscavam a ultravaloração de seus vínculos com a tecnologia, como o experimentalismo tecnológico e utópico de grupos como o Archigram e o Superstudio; outros se aproximaram da cultura popular, ou ao kitsh, como Robert Venturi e sua versão da pós-modernidade. Na Itália, em ambiente próximo às tradições históricas da arquitetura e da cidade, surge a "crítica tipológica", presente nas idéias de Aldo Rossi, Carlo Aymonino, Giorgio Grassi, Guido Canella, Gae Aulenti, Vitorio Gregotti, entre outros. Desenvolvida essencialmente a partir das propostas de Ernesto Nathan Rogers e dos teóricos da Escola de Veneza, essa arquitetura projetada a partir do entendimento da história da cidade - suas formas e valores culturais -, logo se tornou uma das vertentes mais difundidas e respeitadas do diversificado panorama daqueles anos.

Nos quase 50 anos seguidos à década de 1960, a arquitetura, no Brasil e no mundo, experimentou diversas alternativas aos postulados que dominaram o início do século 20, desde o historicismo amaneirado à desconstrução, passando por "re-leituras", inclusive, do movimento moderno. A disciplina foi ampliada e fragilizada - privilegiou a criação de um sistema de objetos ao desenho de

(1) Barbara Freitag, no capítulo "A cidade brasileira como espaço cultural", do livro A cidade dos homens (Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002) relata os argumentos do filósofo Vilém Flusser expostos no ensaio "Alte und neue codes: São Paulo". Interessa, no caso, a necessidade indicada por Flusser, de as cidades modernas, como São Paulo, incorporarem "novos códigos" aos seus "velhos códigos" (FREITAG, 2002, 127-147p.).

espaços urbanos coletivos. Longe da cidade, do urbano, pouco restou aos arquitetos além da criação de frágeis campos demarcados por um sistema de interesses que superou sua inserção cultural. O urbanismo dessa nova ordem também não pode se alijar do impasse; a este caberia, nas palavras de Koolhaas, "aceitar o que existe", como expõe em seu artigo "What ever happened to urbanism?". Aceitar, talvez, que um sofisticado sistema midiático afaste o homem de suas instâncias materiais - pelo menos urbanas -, para poder incorporar, sem resistência, a ultraveloz dinâmica das redes, do ciberespaço, da tecnociência, dos blogs e de todas as mercadorias que o mundo virtual pode oferecer na promessa da comunicação e informação instantânea e sem limites físicos ou geográficos. Ainda seguindo Koolhaas, esse "novo urbanismo" será um "novo campo para a imaginação". Qual tipo de imaginação pode evocar a torre Agbar? O CCTV? Eurolille? Plano 22 @? A equação ganha sentido quando lembramos que essa desterritorialização sem fim cresceu, nos últimos anos, na cadência dos lucros turbilhonados pelo sistema financeiro internacional - pelo menos até o crash de 2008. Como vemos, pouco sobrou, como já havia anunciado Tafuri, da matriz ideológica que vinculava projeto a movimentos de transformação social.

É certo que "novos códigos" (FREITAG, 2002) deverão ser incorporados às atuais práticas urbanas; resta saber de qual forma serão inseridos em um sistema construído historicamente, sem provocar sua anulação<sup>1</sup>. Ou seja, inovação e invenção, sem prejuízo dos fundamentos culturais, metodológicos e técnicos, que legitimam as intervenções da arquitetura e do urbanismo nas cidades contemporâneas. Este artigo pretende rever algumas posições teóricas sugeridas a partir da segunda metade do século 20, e parecem ressurgir em exemplos de arquiteturas e projetos urbanos contemporâneos. A intenção não é defender mais um revival de idéias ou arquiteturas do passado, a princípio, já desgastadas; mas atentar, aos que se interessam por estratégias de qualificação e desenvolvimento do ambiente urbano, para a possibilidade de a arquitetura contemporânea elaborar metodologias científicas que qualifique e legitime suas ações nas cidades. Apresentarei exemplos situados à sombra dos grandes objetos engendrados pelo star-system da arquitetura globalizada, mas que representam hipóteses distanciadas das insustentáveis megaarquiteturas difundidas e exploradas como grandes ícones contemporâneos.

#### CONTEXTO E FORMA

Em cenário de crise no movimento moderno, a arquitetura "contextualista" (MONTANER, 1995) parecia ser alternativa consistente à decadência que o racionalismo ou o funcionalismo representavam nos anos 60, considerando que tanto suas matrizes teóricas e ideológicas estavam fragilizadas quanto sua aceitação pública. A razão, em seus fundamentos mais elevados, fora relativizada; suas promessas de avanço social ou científico abalaram-se, ora pelo avanço dos argumentos e métodos (dedicados a novas evidências), ora pela superação de hipóteses fundamentais (como na "nova ciência", por exemplo). Nesse contexto, projetos arquitetônicos e urbanos atentos a essas transformações, procuravam, na realidade espacial e temporal das cidades, elementos que poderiam conciliar valores e conceitos universais com qualidades locais. Amparada em bases teóricas

consistentes e imbricada em ambiente não-restrito à disciplina, a aproximação ao contexto seguia em direção simétrica a estudos em áreas como a antropologia, a etnologia, a sociologia e a história; bem como a autores como Lucien Fevbre, Fernand Braudel, Philippe Ariés, J. L. Fladin, Lévi-Strauss e Michael Foucault. Nas idéias difundidas, os valores da cultura na história são ampliados, revisados e entendidos como fundamentais a uma autêntica revolução social.

Aos arquitetos partidários às críticas ao modernismo, a cidade consolidada não seria mais entendida como entrave à formulação de novas intervenções; ao contrário, a capacidade semântica de seu repertório histórico e cultural fundamentaria as decisões de projeto. Ruas, cores, matizes, materiais, gabaritos, modenaturas, ornamentos, tradições locais, etc., seriam considerados na caracterização de "novas formas" - orientadas por valores que representavam uma "consciência pública" – embasada na história e na memória, em oposição à cidade estritamente funcional e ao conceito de tabula rasa. Intervir no meio urbano sugeriria um exercício de cognição. Deslocamentos "mínimos" e "colagens", atentos à conciliação entre o passado e as novas propostas permitiriam uma leitura integrada a elementos finitos, particulares - contrária à busca pelo genérico (modelo e infinito) característico do racionalismo em suas versões mais puras e autênticas. Esses conceitos, difundidos com intensidade pela Escola de Veneza e originários tanto de estruturas conservadoras do pensamento urbanístico quanto de outras ligadas à voga neo-iluminista (ARANTES, 1993) desafiariam, naqueles anos, o conteúdo programático e ideológico do urbanismo moderno.

Aldo Rossi, em seu conhecido livro A arquitetura da cidade, de 1966, define alguns dos mais influentes fundamentos desse método de projeto, alternativo ao moderno, em evidência na década de 1960. Seu texto aprofunda a reflexão sobre a relação entre a arquitetura e a cidade. Rossi considera que a cidade deve ser entendida como um organismo complexo, avaliado e contemplado por diferentes campos do conhecimento, como a antropologia, a psicologia, a geografia, a política, etc. Ainda segundo o autor, o fenômeno urbano é conseqüência da ação humana; portanto, o arquiteto deve intervir no ambiente em que o homem vive, considerando sua construção no tempo, sujeita às transformações que evidenciam ou alteram os motivos de seu desenvolvimento e sentido (ROSSI, 1995). Estratégia avessa aos métodos estritamente funcionais. O que corrobora com uma das principais premissas teóricas de Rossi: sua crítica às concepções mecanicistas que defendem a subordinação da forma à função, pensamento por ele denominado de "funcionalismo ingênuo", pois não considerava "ingenuamente", que a forma não é decorrência direta da função, mas, sobretudo, de um contexto histórico e cultural, e suas consegüências diretas e indiretas. Nesse sentido, a forma no contexto da cidade é mais relevante do que qualquer atribuição de uso, sendo, inclusive, de acordo com seu conteúdo e valor arquitetônico, passível à posterior alteração de sua função inicial. Desse modo, o mito da relação entre forma e função que tanto instigou os modernos passa a ser alvo dos mais incisivos questionamentos, reforçados, nas últimas décadas, pelas recorrentes adaptações de edifícios antigos para novos usos - estações ferroviárias são convertidas em museus; mosteiros em bibliotecas; palácios em repartições públicas, etc. (MONTANER, 1995).

Outro arquiteto da chamada Escola de Veneza, Vittorio Gregotti, reforça, na mesma época, a relação entre arquitetura, cultura e história com a definição do

chamado "lugar simbólico" - uma ampliação da idéia de "lugar" elaborado por Rossi. O conceito, desenvolvido no livro *O território da arquitetura*, de 1966. identifica o "lugar" como algo capaz de superar os limites físicos do espaço, pois sua compreensão se daria, primordialmente, pela relação com as atividades reais e simbólicas do homem. Para Gregotti, é importante entender que um determinado local contém, enquanto manifestação particular, uma dimensão simbólica atribuída à sua geografia e à sua configuração física e experimental; porém, por outro lado, é suposta uma dimensão artística, em que sua identificação recorre ao caráter simbólico que o explora como figura, paisagem ou espaço. Considera-se, ainda, que esse lugar simbólico também representa valores ligados à memória coletiva, à particularidade de grupos sociais e até mesmo à sua estrutura econômica. Em síntese: o "lugar" é algo construído no tempo, historicamente (GREGOTTI, 1978). Assim, ainda que suscetível às evidências da existência material relacionada a um sistema racional e pragmático, o caráter sensorial e psíquico prevalece à medida que o torna capaz de ser reconhecido pelo homem como espaço significativo. Idéia reconhecida no difundido texto Construir, habitar, pensar (1951), de Martin Heidegger, no qual a idéia de "lugar" é elaborada como algo determinado pelo homem, ou seja, ainda que os lugares existam mesmo antes de uma intervenção material humana, essas intervenções caracterizam e nomeiam suas qualidades e proporcionam espaços "nos quais se deixam entrar a terra e o céu, o divino e o mortal" (HEIDEGGER, 1983). Heidegger, importante influência aos teóricos da Escola de Veneza, define o espaço como essência dos lugares e não do espaço, isto é, o enquadramento que define o espaco é proporcionado pela existência do "lugar", compreendido em seu caráter antropogeográfico. Portanto, é pela criação de um "espaço existencial" que podemos delimitar a relação do homem com seu meio e determinar o valor que transforma as condicionantes locais em algo possível de ser definido. Tal intervenção traria ao homem a capacidade de entender o lugar como algo "significante". Dessa forma, sua existência seria condicionada pela capacidade de delimitar e "nomear" seu entorno por uma ação construtiva - de modificação. "Ser-no-mundo", para utilizar uma de suas expressões, é parte desse processo, e habitar, ainda segundo Heidegger, seria o limite, em essência. "Ser homem significa: estar como mortal sobre a terra, isto é: habitar" (HEIDEGGER, 1983). Entende-se, assim, que habitar é uma ação construtiva a qual se propõe a interligar espaços e, então, formar lugares. Como define:

"A essência do construir é permitir habitar. A realização da essência do construir é erigir lugares através da ligação de seus espaços. Somente se somos capazes de habitar podemos construir." (HEIDEGGER, 1983, 175p.)

## Lugar e Transformação

Ao entender que o homem é quem define e torna singular o lugar, pode-se concluir que a arquitetura, potencialmente, é instrumento de invenção, mesmo quando pensada em consideração ao contexto ou à cidade. Portanto, a *tabula rasa* não é situação fundamental àquilo que é novo, pelo contrário, o engenho sem lastro fragiliza o conteúdo simbólico da arquitetura – principalmente quando considerada linguagem construída historicamente em relação com o urbano, à

técnica e à cultura. Entretanto, passados mais de meio século das idéias dos teóricos da Escola de Veneza, sabemos que esse método, quando não compreendido, pode enganar. Sua simplificação colabora com as mais pósmodernas manobras mercadológicas, que faz do passado ou das preexistências instrumentos que garantem fácil aceitação às novas intervenções. Estratégia identificada por Manfredo Tafuri, ao diferenciar os que exploram o poder evocativo das citações e alusões para sintetizar um discurso independente, a colaborar com a construção de uma nova realidade, dos que se preocupam em recuperar o exato significado de suas referências para encobrir as desilusões provocadas pela realidade (TAFURI, 1988).

Nas cidades contemporâneas, infelizmente, nem o passado nem o novo determinam as regras dos eventos urbanos. Em acordo com os termos consensuais que definiram a economia das últimas décadas, os grandes empreendedores ou planos políticos não elaboram suas estratégias em atenção a valores coletivos ou à cidade. O lucro imediato e o benefício individual prevalecem nos territórios construídos sob a égide do pensamento único, nos quais as técnicas de urbanização não têm a inovação em benefício da qualidade do espaço; ao contrário, a opção comum é pela facilidade dos esquemas consolidados (pela história ou pela técnica), mesmo quando distantes das reais necessidades coletivas. Por outro lado, a criação de um território, de um "lugar", exige uma complexa metodologia que contempla técnica e ciência social, na qual os custos e o tempo não condizem com as expectativas das organizações que planejam com métodos, no mínimo, atrasados. Assim, verifica-se que as relações entre metodologia e resultado nos planos urbanos atuais estão distantes das conquistas da "era da informação", quando a concepção - a qual estrutura inteligência, técnica, dados e ciência - prevalece como investimento e tempo em relação às demais ações (PASSET, 2002). O que vemos é o oposto: "desenvolvimento urbano", ou construção, baseados em diretrizes econômicas e políticas anacrônicas, nas quais os acertos para o lucro fácil não dependem da eficiência ou da qualidade dos resultados arquitetônicos ou urbanísticos. À parte alguns poucos casos, a opção usual às urbanizações ou reurbanizações com características "inovadoras" são dadas pelo investimento em arquiteturas excêntricas - pensadas como novos ícones urbanos - que buscam encobrir os verdadeiros problemas das cidades (bem como as manobras políticas a conduzirem sua construção). São muitos os exemplos: do CCTV, em Beijim, à sede da Cia. de Dança, em São Paulo.

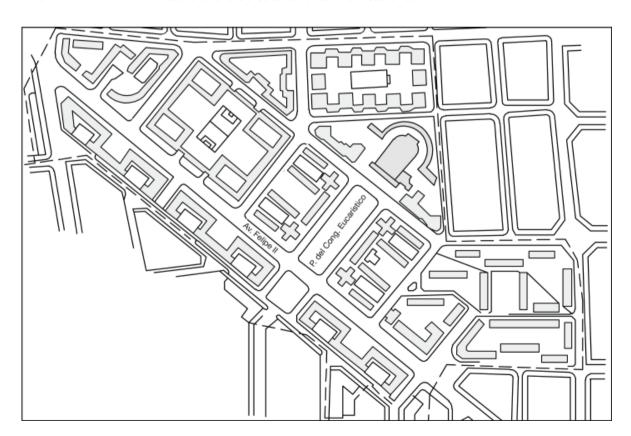
Aos responsáveis pelas cidades contemporâneas não faltam recursos técnicos e oportunidades. O avanço das tecnologias da informação e comunicação possibilita, como nunca, técnicas apuradas de controle dos resultados (simulações, BIM, BDA, etc.), bem como a participação efetiva da população, fisicamente ou via Internet (consultas públicas, transparência no orçamento, avaliações, etc.). A história e a cultura, amparados nesses novos meios, poderiam consubstanciar formulações espaciais adequadas às práticas urbanas sustentáveis, qualificadas e expressivas como "novos códigos" culturais. Um "lugar" construído em rede, na junção do espaço real e virtual, ciente dos valores sugeridos pela história e pelo contexto e, ao mesmo tempo, da fragilidade e efemeridade da matéria.

Os estudos de casos selecionados para análise são conjuntos habitacionais que representam alternativas à tradição moderna oficial que marcou a primeira

Figura 1: Viviendas del Congreso Eucarístico (1952-1961), Barcelona. Número de habitantes: 2,719 Foto: Arquitetos: Carles Marqués i Maristany, Antoni Pineda i Gualba y Josep Soteras i Mauri

metade do século 20. Tanto a pesquisa tipológica e histórica relacionada ao local quanto o interesse pela construção de uma identidade social coletiva exemplificam algumas das experiências que buscavam, desde o segundo pósguerra, superar os exemplos mais esquemáticos das propostas funcionalistas ou racionalistas. Embora construídos em épocas distintas, anos 50 e 80, suas metodologias são similares e de interesse aos dias atuais. É evidente, em ambos os casos, a aproximação ao conceito de "lugar"; entretanto, suas estratégias não são facilitadas por questões formais ou materiais, mas se amparam em complexas metodologias projetivas e de ocupação territorial que fundamentam a criação de valores à questão da habitação coletiva de interesse social.

O conjunto de habitações Viviendas del Congreso Eucarístico, construído em meados dos anos 50, responde, de forma original, a muitas das críticas ao movimento moderno que permeavam o ambiente arquitetônico daqueles tempos. Demais, antecipa questões que serão discutidas nas décadas seguintes, em Barcelona e no mundo, como o "social *mix*", diversidade tipológica, inserção urbana, hierarquia dos espaços públicos, etc. Ainda que sua base ideológica não seja uma crítica explícita ao racionalismo, nota-se uma aproximação à cidade, cultura e local que, raramente, naqueles anos, era demonstrada. Já o projeto de Álvaro Siza para as habitações de interesse social, construídas em *Doedijnstraat* no início dos anos 80, agrega, em seus argumentos e formas, afirmação de uma arquitetura definida por suas intenções urbanas e simbólicas, amparadas por visão crítica e dialética da cultura e história local.



Devido ao crescente processo de emigração ocorrido em Barcelona a partir dos anos 50 (principalmente de trabalhadores provenientes da região da Andaluzia, no sul da Espanha), em 1952, o bispo de Barcelona, aproveitando a ocasião do Congreso Eucarístico Internacional, iniciou uma campanha para a arrecadação de fundos que possibilitasse a construção de habitações populares capazes de amenizar o déficit habitacional daquele período. Com auxílio do Estado e das Cajas de Ahorros foi possível a arrecadação de 80% dos recursos necessários para a construção, sendo os 20% restantes financiados pela iniciativa privada e pagos na ocasião da ocupação do imóvel (DAVID, 1965, 17p.). Pela própria origem da composição do capital, conseguiu-se uma baixa estimativa de juros, o que propiciou ao empreendimento a possibilidade de atender à população de baixa renda. Os investimentos foram ainda suficientes para garantir qualidade construtiva e projetual à proposta.

As Vivendas del Congreso, como são conhecidas popularmente, foram construídas em uma área de 16,5 hectares do então subúrbio de Barcelona conhecido como Can Ros. Tendo como eixo principal a rua Felipe II, o conjunto ainda engloba as ruas del Cardeal Tedeschine, San Pascual, de La Vid, de La Espiga e de Velia. Em seu interior, formam-se duas praças: a maior, denominada Plaza del Congreso Eucarístico, e a menor, denominada Plaza del Dr. Modrego.

O sistema de seleção utilizado pela administração do conjunto resultou em um dos fatores determinantes para a caracterização do bairro. A experiência significou a primeira tentativa importante que se efetuaria em Barcelona de controlar a configuração social, cultural e econômica de uma nova área urbana. Para tanto, em termos gerais, a metodologia adotada previa o agrupamento inicial em dois segmentos: o de famílias constituídas (um total de 85%) e o de pessoas que se casariam e viveriam no local (um total de 15%). Dentre as famílias inscritas no programa, dois grupos foram definidos como critério de seleção. Um deles seria formado por famílias numerosas, ou seja, com mais de seis membros (que representariam 35% do conjunto); outro grupo seria formado por famílias de cinco, quatro ou, no mínimo, três pessoas. Por fim, foi criado um quadro porcentual em referência à profissão e origem dos futuros moradores, considerado "ideal" a uma harmoniosa e promissora organização social; como descrevo:

Segundo a ocupação:	
Operários não-qualificados	20%
Operários qualificados	30%
Empregados administrativos	30%
Subalternos	05%
Funcionários	04%
Profissionais liberais	04%
Independentes	07%
Segundo a procedência:	
Naturais de Barcelona e comarcas vizinhas	70%
Com mais de 15 anos de residência em Barcelona	20%
Com menos de 15 anos de residência em Barcelona	10%

Entre os grupos descritos nos quadros acima, classificar-se-ia, prioritariamente, um contingente de 5 a 15% entre aquelas famílias que fossem

associadas a alguma entidade religiosa, cultural, social, beneficente ou esportiva. A intenção era de essas famílias, por meio da vocação pela liderança em atividades comunitárias, poderem transmitir aos habitantes do novo bairro suas vivências diante das esferas públicas (DAVID, 1965, 17-19p.).

No total, foram construídas, no conjunto, 2.719 habitações. Como equipamentos de apoio ainda edificaram-se 27 armazéns, 306 lojas (interligadas a habitações), duas creches para um total de 500 crianças, duas escolas secundárias para, aproximadamente, 1.000 alunos em cada uma delas, uma policlínica, uma residencial para jovens operárias, uma igreja paroquial, um campo de futebol e várias áreas para o lazer comunitário. A população residente alcançou os 17.000 habitantes, com uma densidade superior a 1.000 habitantes por hectare (segundo dados do *Arxiu Administratiu Municipal do Ajuntament de Barcelona*).

Em relação à configuração formal, o projeto tem como principal partido a articulação entre tipologias tradicionais à cultura barcelonesa e outras que exploram gabaritos mais altos e implantações excêntricas à lógica da cidade. O resultado é um conjunto integrado ao contexto e com inovações marcantes à arquitetura da época, como, por exemplo, as torres em "x" próximas à praça principal e as edificações lindeiras à avenida Filipe II. Assim, blocos isolados, edifícios paralelos, torres, edifícios em linha e mansanas típicas do Ensanche Barcelones estão presentes na variada gama tipológica do conjunto. Seus espaços públicos procuram evitar a formação de vazios ociosos, buscando aproveitar o interior das manzanas (quarteirões fechados) para a criação de quadras esportivas e locais dedicados ao lazer. Também as praças e calçadas possuem desenhos que visam à valorização desses espaços como elementos essenciais na conformação da vida social e cívica do bairro – reunião, descanso, percurso e lazer se alternam na conformação de um interessante espaço público.

Os edifícios, quando analisados isoladamente por suas qualidades arquitetônicas em relação à forma, modenatura, proporção, texturas e cores, apresentam uma arquitetura simplória, de poucas soluções criativas e discutível valor estético. Porém, considerando a época em que foram construídos, nota-se a forma original com a qual procuram integrar-se ao contexto e à cultura de seus futuros moradores. O revestimento em pedra dos pavimentos próximos às ruas, as cores, o formato dos caixilhos, a existência de terraços são soluções que revelam a intenção, ainda que modesta, de corresponder ao apelo popular regional como forma de aproximar a arquitetura do usuário.

Em relação à implantação, o conjunto se articula pela conformação de uma estrutura fundamentada em premissas historicamente consolidadas pela tradição local: uma rua como eixo principal e uma praça central que organiza a distribuição espacial hierárquica do conjunto. A avenida Felipe II é seu eixo principal. Percorrendo todo o bairro, ela estabelece uma comunicação funcional primordial com a cidade; além de articular funcionalmente o conjunto, a avenida assume um valor significativo à medida que se posiciona como uma *rambla* local – estrutura peculiar e recorrente na formação de Barcelona; local de encontros, lazer, comércio e ócio. Situação evidenciada pela bem resolvida implantação dos edifícios que delimitam a avenida – alternando recuos com linearidade tangencial e designando o pavimento térreo ao comércio, seu percurso é contínuo, mas diversificado – beneficiando o pedestre, que pode contemplar sua riqueza espacial e funcional. A praça Del Congreso Eucarístico é, sem dúvida, o ponto mais significativo do

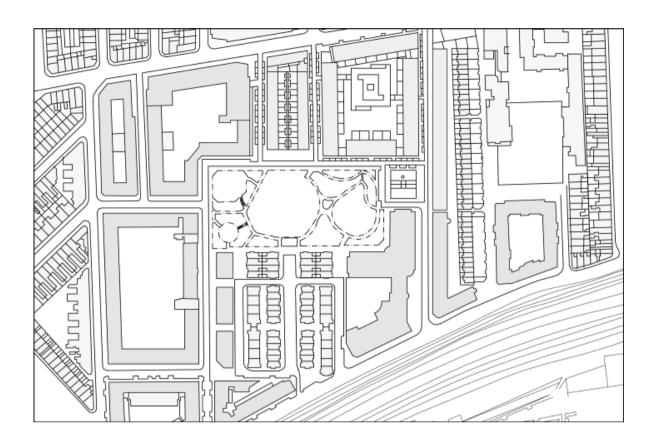


Figura 2: Habitação social em Doedijnstraat (1989-1993). Local: Schilderswijk'west, the Hague – Holanda Número de habitações: 480 Foto: Arquiteto Álvaro Siza

conjunto. Localizada entre a avenida Felipe II e a rua Cardeal Tedeschini, sua monumentalidade é evidenciada pela presença da Catedral Del Congreso Eucarístico e por ser demarcada pelas edificações mais altas do conjunto. A praça Dr. Mondrego, localizada logo diante da praça Del Congreso Eucarístico, possui uma interessante forma de estabelecer a ligação do bairro com a cidade: um pórtico formado de edificações suspensas localizado sobre a rua Manigua.

Devido ao seu elevado grau de degradação e abandono, Schilderswijk, um bairro operário que teve origem no final do século 19, é inserido em um importante programa de reurbanização financiado pelo governo holandês. Como agravante ao estado de decadência, grande parte das construções do local apresentavam irreversíveis problemas estruturais, provenientes de graves defeitos em suas fundações (ARCHITECTURE AUJORD'HUI, n. 261, 1989, 57p.). Contribuindo para a complexa situação da região, sua população, na maior parte imigrantes islâmicos de baixo poder econômico, trazem características sociais e culturais conflitantes com a tradição ocidental. Desse modo, em atenção às urgentes necessidades do local, por volta de 1980, formulou-se uma abrangente política de reestruturação do bairro. Na ocasião, foi criada uma "comissão de renovação urbana" com a finalidade de definir as bases para a reestruturação do local: a proposta deveria envolver uma rigorosa metodologia de planejamento urbano, cuja ação se baseava na adequada relação entre custo, regulamentações, políticas públicas e técnicas de construção.

Em 1984, o arquiteto Álvaro Siza foi chamado para participar do projeto de renovação urbana de Schilderswijk. Familiarizado com esse tipo de programa

devido a experiências anteriores, como o projeto SAAL, no Porto, e o projeto para o IBA's em Kreusberg, Siza desenvolve um plano urbanístico para o bairro que resulta de uma criteriosa análise do local – estratégia recorrente em suas propostas. O entorno é avaliado e considerado em relação à sua estrutura física, tipologia, cultura e história. O interesse de Siza não é a mimese, ou mesmo a aproximação simplória aos signos populares do lugar, seu objetivo é encontrar elementos que legitimem uma complexa cadeia de decisões e fundamente o processo de projeto, recurso recorrente nos projetos do arquiteto.

A primeira etapa do trabalho de Siza foi uma profunda análise do plano de renovação elaborado pelo Departamento de Urbanismo de Haia. Sem afastar-se da estrutura geral do plano, propõe significativas alterações, ampliando as dimensões de alguns quarteirões, diminuindo o número de ruas e valorizando os espaços públicos do local. O plano final respeita o gabarito da arquitetura do entorno e integra-se sutilmente ao tecido existente, mas, ao mesmo tempo, procura estabelecer uma instigante relação entre seus quarteirões e edifícios, de modo a criar uma paisagem própria – iniciando uma nova trajetória na história local. Seu projeto é aprovado e o arquiteto passa a ser responsável pelo desenvolvimento de grande parte do plano urbanístico local, que também envolveria seu escritório no projeto completo de vários edifícios habitacionais. Edifícios esses que seriam projetados em duas etapas: a primeira, que abrangeria dois significativos e estratégicos quarteirões localizados perto da linha férrea, em um dos limites do conjunto; e a segunda, a ocupar uma área ainda maior, localizada no outro extremo do bairro. Essas intervenções também abrigariam áreas comerciais.

Ao elaborar o projeto das habitações, Siza opta por utilizar a repetição de alguns poucos sistemas tipológicos em todo o conjunto. O resultado predominante é composto por edifícios de quatro pavimentos (seguindo um tradicional gabarito holandês), com apartamentos de dois e três dormitórios, dotados de uma certa flexibilidade nas divisões internas. O acesso a esses apartamentos, no caso das habitações térreas, dá-se diretamente da rua, assim como o acesso ao complexo sistema de escadas que encaminham o morador aos demais pavimentos do edifício. As fachadas de tijolos aparentes predominantemente escuros, com aberturas dispostas em uma modenatura regular e ordenada, também não escondem influências da arquitetura holandesa (uma tradição que pode encontrar referência, por exemplo, em obras de arquitetos como Michel de Klerk, J. J. P. Oud, entre outros (SANTOS, 1993, 226p.).

Os primeiros quarteirões projetados por Siza para Schilderswijk representam, claramente, a intenção do arquiteto em transgredir os limites impostos pela repetição tipológica – a diversidade é demonstrada no conjunto por suas pequenas inflexões, pelos sutis tratamentos de suas esquinas e suas variações de gabarito e texturas que se adequam a cada singular situação urbana. Na segunda etapa, apesar de dar prosseguimento à tipologia dos primeiros quarteirões, os edifícios apresentam uma maior diversidade: o bloco 01 conta com planta idêntica aos construídos na primeira etapa, sendo também seu acesso dado pelo mesmo sistema de escadas ligadas à rua. Também seguindo essa mesma tipologia, o bloco 02 é implantado em um grande quarteirão do conjunto; em seu interior funcionam jardins privados, espaços para recreação e uma garagem coletiva para os moradores. Já o bloco 03 possui uma estrutura diferenciada dos demais: um volume mais alto ao norte abriga uma área de comércio no térreo e

habitações nos pavimentos superiores; o restante das habitações organiza-se em dois corpos paralelos, os apartamentos do térreo possuem jardim individual e os superiores são do tipo duplex. Ainda um pequeno quarteirão com oito habitações (bloco 04) é projetado – seu formato peculiar assemelha-se a quatro tradicionais casas holandesas: mais uma nítida referência à cultura local.

### Invenção sem ruptura

As Viviendas del Congreso Eucarístico, em Barcelona, e as Habitações Sociais em Doedijnstraat, em Haia, são exemplos de arquiteturas que entendem a cidade e seu passado como instrumentos essenciais aos fundamentos teóricos do método de projeto. Idealizadas e construídas em ambiente cultural marcado pela revisão dos conceitos mais emblemáticos da arquitetura moderna, tiveram a qualidade de redefinir, a partir de uma perspectiva histórica, seus territórios de ação. Reinventam um desenho de cidade na própria cidade, e a partir da interpretação de seus valores pretéritos.

A maior qualidade do conjunto Viviendas del Congreso Eucarístico constituise em seu conceito de desenho urbano que, alternando tipologias, gabaritos e ordenações dos edifícios, permite, ao conjunto, uma interessante dinâmica que se opõe às estruturas cartesianas de intervenções de "estilo" moderno. Assim, os quarteirões com os majores edifícios do conjunto evidenciam a forca expressiva (formal e cívica) da praça Del Congreso Eucarístico e sua catedral. Os quarteirões que percorrem a avenida Felipe II são estreitos e seus edifícios se articulam de modo a formar "recôncavos" que dinamizam a linearidade da avenida e formam agradáveis espaços de lazer e descanso. Ainda se destaca, no conjunto, o grande quarteirão, em forma de manzana espanhola, lindeiro à avenida Felipe II. Com seus grandes pórticos laterais, estabelece um elo surpreendente entre as ruas e seu interior (dotado de uma quadra poliesportiva), contrariando a condição de "espaço antiurbano" que os interiores das quadras fechadas costumam sustentar. De forma semelhante os outros quarteirões procuram dinamizar e urbanizar seu interior. Edifícios paralelos em série, típicos do movimento moderno, compõem apenas três quarteirões do conjunto - os mais criticados pelos arquitetos e moradores. David Mackay, em um artigo da época, sugere que essas quadras configuram espaços pouco significativos e não organizam fragmentos urbanos aproveitáveis, como define: "as pessoas não vivem somente dentro dos edifícios, vivem entre eles, e o bloco não cria nem define este espaço exterior" (MACKAY, 1965, 17p.) – uma conhecida e recorrente crítica aos "blocos isolados", modernos.

Apesar de algumas das características do projeto terem sido questionadas por críticos da época, principalmente pelo pouco vigor expressivo de sua arquitetura e por conter vestígios do urbanismo modernista, deve-se considerar a consistência da proposta em relação ao seu desenho e inserção urbana, tanto como arquitetura quanto como projeto social. O conjunto, desde os primeiros anos de sua implantação até os dias atuais, mantém uma expressiva vitalidade. É notória a apropriação de seus moradores aos espaços públicos: praças, ruas, locais de lazer são vistos e utilizados como uma extensão do contorno privado da unidade habitacional. Como já fora salientado em crítica do período em que fora construído:

"Apesar de suas falhas, o bairro mostra uma atividade vital que a maioria dos que foram construídos nesses anos não lograram ter; a valorização da rua e da praça como importantes elementos urbanos contribuiu de modo decisivo à integração de seus habitantes aos espaços propostos pelo projeto." (MACKAY, 1965)

O projeto, na época sustentado por argumentos imprecisos e de pouca consistência teórica, pode ser considerado um bom exemplo daquele momento histórico quando a "ideologia do plano" perdia vitalidade. É evidente a busca por uma relação dialética entre a vontade de estabelecer novos paradigmas e, simultaneamente, a necessidade de respeitar características preexistentes ao meio urbano no qual se insere. Estratégia evidente quando observamos o modo como a geometria cartesiana de alguns de seus quarteirões articula-se com outros assemelhados às formas típicas do ensanche barcelones. Essa afinidade com a "cultura do lugar" também pode ser notada nos edifícios, cuja configuração formal articula valores simbólicos que refletem a tendência, comum à arquitetura mediterrânea daqueles anos, em buscar uma maior proximidade com o habitante local. Entretanto, apesar de ser evidente ao conjunto a busca por uma arquitetura "em contexto" - à forma e à cultura - sua conduta não é mimética ou saudosista, pelo contrário, procura estabelecer uma complexa dinâmica a seus espaços planejados como alternativa conceitual viável à formação de um novo tecido urbano.

O projeto de Siza para Doedijnstraat, de forma semelhante ao caso barcelonês, demonstra claramente sua capacidade de estabelecer confrontos e buscar novos caminhos, sem desprezar o conhecimento histórico, tanto do lugar quanto da arquitetura. É notória sua facilidade de compreender o contexto, o lugar, mesmo quando estrangeiro: no caso de Doedijnstraat, o arquiteto assimila os diversos conflitos existentes entre a cultura holandesa, o sítio (em estado avançado de decadência) e a população predominante de imigrantes islâmicos. Porém, ao contrário da previsibilidade de uma solução meramente "contextualista", o projeto expressa, de forma clara, a intenção de desenhar um novo território; sua estratégia, tanto urbana quanto tipológica, procura estabelecer soluções inovadoras, como resposta ao conflito eminente em sua criação – as necessidades do presente e a cultura do lugar. O "novo", o ímpeto "moderno" não é totalmente evidente: revela-se por sutis arranjos em sua distribuição interna, circulação e espacialidade.

Embora o projeto expresse apreciação e influência do local, o "lugar", para Siza, é entendido como evidência relativa, em que a arquitetura deve reconhecer seus atributos, mas não necessariamente relacionar-se a eles; pelo contrário, o objetivo é estabelecer uma relação dialética capaz de potencializar suas qualidades em decorrência da compreensão de seus valores positivos e negativos. Certamente, existe a preocupação com as chamadas "preexistências". Essa preocupação leva o arquiteto a considerar a história do local, mas, sobretudo, a elaborar uma delicada atenção pelos fundamentos da arquitetura em sua própria história (TESTA, 1984, 127-129p.).

Passado mais de meio século das primeiras significativas reações ao movimento moderno, acostumamo-nos a entender a arquitetura contemporânea de modo independente de suas classificações mais simplistas. Entretanto, na ausência de um projeto maior para a disciplina, as interpretações e críticas se tornaram reflexíveis - ao gosto e ao ritmo dos interesses e tendências do momento, quase sempre guiados por limitados campos culturais (STEVENS, 2002). Dessa forma, o que poderia representar a multiplicidade ou a ampliação de matrizes teóricas inovadoras, restringiu a atuação de arquitetos à manipulação de objetivos particulares, centrados na lógica da demanda (campo simbólico) e não das necessidades (do homem, do urbano, da sociedade). Um exemplo são os diversos objetos arquitetônicos que se propagam como símbolos surbanos dos mais variados contextos culturais e sociais. Cidades como Barcelona, Shangai, Benjim, Dubai, Hong Kong, Lisboa, Mumbai e São Paulo, entre tantas outras (e sem falar nos modelos norte-americanos), acreditaram nessa forma livre de urbanidade que cresce ao tempo e dinheiro artificial dos ciclos econômicos da nova ordem do capital transnacional. Se. no início dos anos 90. Koolhaas, entre outros arquitetos. afinavam suas reflexões teóricas em direção às cidades "sem urbanismo" -"genéricas" -, a primeira década desse século parece demonstrar que a arquitetura se fragiliza e tende a desaparecer, nesse cenário. Torres, estádios, museus, centros culturais, shoppings, projetados e entendidos como objetos isolados, tornaram-se conceitualmente instáveis como as Mortgage-Backed Securities que fomentaram parte da maior crise econômica das últimas décadas. Nesse contexto, a história e a cidade não são mais entraves ao desenvolvimento da arquitetura como expressão da técnica ou da cultura, mas sim a fluididade de suas manobras econômicas. Por outro lado, o retorno à arquitetura moderna, mesmo que possível, também não aparenta ser solução; pois a nova arquitetura, como se sabe, não logrou melhores cidades ou sociedades pela criação de uma "tradição do novo" amparada na ciência e na técnica. Ao contrário, deslocada de suas bases ideológicas e dos entraves da história, fortaleceu os laços entre a arquitetura e as mais ambiciosas intenções midiáticas, políticas e econômicas de seus executores. Ainda, suas releituras contemporâneas reforçam a criação de um "campo simbólico" de frágil sustentação, definidos em ateliês que lembram as escolas Beaux Arts do século 18. nas quais a repetição do estilo moderno prescinde a superação pela técnica, pelo método ou pela ciência. Situação impossível de sustentar-nos nos moldes sociais e econômicos da "era do conhecimento" (PASSET, 2002; TILL, 2009).

Na contramão dessa *tour de force* do mercado internacional que recusa qualquer tipo de controle ao desenvolvimento urbano sem lucro e especulação (sem falar em corrupção), em patamares extraordinários, ainda é possível encontrar alguns exemplos de arquiteturas amparados – pelo menos como concepção formal e urbana – em uma outra idéia ou perspectiva de cidade. Talvez, forçando um olhar otimista, esses exemplos avancem na possibilidade de uma reterritorialização dos valores dissipados pela macroeconomia dominante (HARVEY, 2005), ou, ainda, pela cultura nebulosa que opera na atual lógica global.

A relação entre escalas, tipologias, usos, gabaritos, texturas e programas com uma forma histórica preexistente são objetivos evidentes em intervenções recentes como a urbanização de Ijburg, em Amsterdã, e em alguns setores da

reurbanização do Casco Antigo de Barcelona, por exemplo. Também projetos de arquitetos como Rafael Moneo, Álvaro Siza, Eduardo Souto de Moura, Francisco Mangado, Juan Navarro Baldeweg atuam com uma lógica diferente à da "autonomia das imagens" (anunciada por Debord), presente em muitos dos ícones "pós-modernos" da arquitetura atual. São arquitetos que constroem seus argumentos a partir de um refinado conhecimento técnico e intelectual e revelam uma instigante possibilidade da arquitetura contemporânea: a capacidade de inovar utilizando, como método, o conhecimento e o repertório acumulados na disciplina, cidade, cultura e história. Em exemplos como os apresentados neste artigo, das décadas de 1960 e 1980, e em outros construídos na última década, podemos observar que esse modo de projetar não serve apenas à fragilização de uma arquitetura guiada pela técnica, como temia Moholy-Nagy nos anos 60; tampouco facilitam o acesso ao mercado de consumo pós-industrial, ou a simbolismos polpop, como diziam diversos críticos do final do século passado. Essas intervenções buscam, na relação forma-programa, valores urbanos que ainda identificam a cidade como uma conquista do homem livre e pleno em suas instâncias coletivas.

#### BIBLIOGRAFIA

ARCHITECTURE Aujord'hui. Paris, n. 1, p. 57, 1989.

ARANTES, O. B. F. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo: Nobel/Edusp, 1993.

CURTIS, W. *Alvaro Siza, obras y proyectos*. Madri: Centro Galego de Arte Contemporânea/Electra, 1995.

DAVID, M. Cuadernos de arquitectura y urbanismo. Barcelona: Cidade, n. 61, 1965.

DELEUZE, G. Lógica del sentido. Barcelona: Pairos, 1989.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 34, 1995.

FRAMPTON, K. In: SANTOS, J. P. *Alvaro Siza, obras e projetos 1954-1992.* Barcelona: Gustavo Gilli, 1993

FREITAG, B. A cidade dos homens. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DELEUZE, G. The logic of sense. Nova York: Colombia University Press, 1990.

GREGOTTI, V. O território da arquitetura. São Paulo: Perspectiva, 1978.

HARVEY, D. Condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. El arte de la renta: La globalización y la mercantilización de la cultura. *Capital financero, propriedad inmobiliaria y cultura*. Barcelona: MCB, 2005.

HEIDEGGER, M. Construir, habitar, pensar. Revista KOBIE, Bilbao, 1983.

LYNCH, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACKAY, D. Cuadernos de Arquitectura, Barcelona, n. 61, 1965.

MONTANER, J. M. Después del movimiento moderno. Arquitetura de la segunda mitad del siglo XX. Barcelona: Gustavo Gilli, 1995.

PASSET, R. A ilusão neoliberal. São Paulo: Record, 2002.

ROSSI, A. A arquitetura da cidade. São Paulo: Matins Fontes, 1995.

SANTOS, J. P. Alvaro Siza, obras e projetos 1954-1992. Barcelona: Gustavo Gilli, 1993.

STEVENS, G. The favored circle. Massachusets: The MIT Press, 2002.

TAFURI, M. Teorias e historia da arquitectura. Lisboa: Presença, 1988.

TILL, J. Architecture depends. Massachusetts: The MIT Press, 2009.

TESTA, P. A arquitetura de Alvaro Siza. Porto: FAUP, 1988.

# Nota do Editor

Data de submissão: outubro 2009

Aprovação: maio 2010

#### Leandro Medrano

Arquiteto e urbanista formado pela FAUUSP, mestre pela UPC-Universitat Politécnica de Catalunya (Barcelona, doutor pela FAUUSP – São Paulo – e livre-docente pela Unicamp. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq e professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Unicamp – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo.

Av. Albert Einstein, 951 13083-852 – Campinas, SP (19) 3521 2413 (sala) (19) 3521 2306 (secretaria) medrano@fec.unicamp.br